

Intervenção política do cristão

D. JANUÁRIO TORGAL MENDES FERREIRA *

1. «O Concílio quis e fundou a abertura ao mundo. Para muitos, esta fórmula é radicalmente insuficiente porque pressupõe um dualismo. Aquela fórmula vigorou no pós-Concílio porque o Concílio conservou o dualismo clássico Igreja-Mundo ao estabelecer a relação entre as duas realidades à luz duma referência proporcionalmente comum ao reino escatológico inaugurado já na história (...).

Da máxima “Fé e Política” passa-se hoje para «Política e Fé», querendo significar que o compromisso político é um lugar, mesmo um lugar privilegiado, do exercício e da experiência da fé: encontramos Deus, Ele revela-se nos acontecimentos, nos outros. A conversão ao humano, ao político, tornou-se o lugar histórico da fé. Política é aqui tomada no sentido pleno. Tudo tem uma dimensão política.

No Concílio foi expressa a vontade de a Igreja ser serva e pobre. Para além de gestos e declarações nas lutas e contactos com as mais duras realidades, a Igreja pós-conciliar (...) testemunhou actos de serviço aos pobres e da justiça que constituíram uma denúncia da aliança com os poderes.»¹

«(...) O serviço da Igreja como tal transforma-se por si mesmo em serviço da sociedade. Não é preciso sair da Igreja. Hoje há muito a tendência para que, na relação Igreja – Mundo, os padres interfiram em muita coisa, até na acção

* Bispo das Forças Armadas e de Segurança

¹ Y. CONGAR, *Informations Catholiques Internationales, Vingt ans d'Église – Vingt ans d'J.C.J. – Une Église vivante*, Paris, 1973, n.º 434, pp. 9-10

política. Temos visto a que isso leva (...). Sair da Igreja é perder todo o valor do testemunho»².

«Deus meteu-se num grande sarilho... porque entregou o Evangelho a humanos para que eles o apresentem aos outros.»³

«Quando morre uma pessoa pobre, quero que morra nos braços de alguém que a ame. Quero que ela seja capaz de olhar, pela última vez, os olhos de alguém que se preocupou com ela» (Madre Teresa de Calcutá).

2. É na estrutura comportamental do mundo que se joga e expressa a contínua Encarnação do que o constitui. O mundo emprestou a carne ao mistério dos criadores, que, pelo seu exercício, espelham o dinamismo e as aspirações de Quem lhe deu início, impulsionando-o em direcção a metas e objectivos. Quando Nietzsche clamou: «Homens, permaneço fiéis à terra», em vez de um sarcasmo e de uma exortação, aliou-se a esta sacramentalização energética.

A totalidade do mundo, globalizada na solidariedade do despertar contínuo, é um palco onde o ser humano, a sua história e a sua convivência entre iguais, se associam à natureza e ao ambiente, como protagonistas. Neste jogo cénico, a vida cósmica, humana, e por isso histórica e social, transmite as suas razões de viver, nunca definitivamente alcançadas, até ao cair do pano. Neste alguém, mora, pois, o além, como responsabilidade, testemunho e projecção.

É na face do amor humano, por exemplo, que se descobrem e espreitam apelos de ternura, de forma tão incarnada, que é quase impossível joeirar as inspirações que brotam de um coração crente dos motivos que nascem de um coração enamorado. O nunca visto e o a ser visto moram aqui na História. A única realidade apreendida é o gesto que homens e mulheres concretos souberam assumir num determinado espaço e num determinado calendário: por exemplo, deram-se as mãos e conquistaram a liberdade para Timor-Leste ou derrubaram o Muro de Berlim, repudiando ditaduras e totalitarismos.

Nesta atitude da profanidade distendem-se razões espirituais, à semelhança de um texto com sentidos escondidos. É como na perspectiva da psicologia comportamental ou behaviorística.

O denominado interior não existe... Ou melhor, o denominado interior só existe pelo exterior – só se capta através da exterioridade, com a qual é uma só realidade. É pela tristeza ou pela alegria de uma face que eu me dou conta de que o outro vive o júbilo ou lhe dói a psique.

Política, em sentido amplo, significa a realidade da cidade, o cidadão, o habitante da cidade pois cidade (*pólis*) designa as realidades vividas dentro dos

² D. António FERREIRA GOMES, V. P., Porto, 1982, n.º 15, p. 12

³ Charles PÉGUY in Guy COQ, *Para uma Igreja fermento de civilização e de humanismo*, Lumen, Lisboa, 2003, n.º 23, Maio-Junho, p. 79

seus muros, a saber: o exercício do bem comum; a prática de direitos iguais; o cuidado pelo bem de todos e de cada um; a convicção de que pertence a cada um o que de todos é, sendo de todos o que é posse de cada um; a certeza de que é tarefa e cooperação de cada membro (de cada cidadão, de cada habitante da cidade) o que foi entregue, por delegação, aos seus representantes; o sentir o todo da cidade como coisa sua, como sua pátria; o trocar da palavra, pelo diálogo e reflexão, em igualdade de poder, pois a cidade é de todos; a liberdade de pensar, reflectir e agir e o estilo de mando, ao oferecer na cidade-estado um regime de participação do povo, longe de poder único e opressor do soberano indiscutível.

O «ar da cidade torna-nos livres» exclamou-se no séculos XII-XIII, na passagem do mundo feudal ao mundo da cidadania (o mundo comunal), numa equivalência da passagem do mundo micénico (tirânico e aristocrático) ao poder do povo na cidade-estado.

A cidade constituía um pequeno estado onde se destacavam a ligação entre o indivíduo e a colectividade, a vivência do que é comum pela solidariedade, convívio e interesse geral, a regulação por normas estatuídas e consentidas pela opinião universal, e, por fim, uma forma de governo, a democracia, que interpretava uma fraternidade responsável, com limites graves é certo, pois os bárbaros, sobretudo, ficavam fora das suas fronteiras. A democracia, como governo da *pólis*, segundo Aristóteles no 3º Livro da Política, traduz a realidade de um ser social, de um cidadão; supõe uma regra para que se não degrade: a constituição; a acção do governo deve orientar-se em função de todos e não de uma classe ou grupo; a igualdade perante a lei supõe um mérito: só mediante comportamentos conforme a modelos éticos é possível conseguir os fins da *pólis*.

Cada cidade caracteriza-se por um conjunto de valores e de hábitos, de características, de instituições que lhe emprestam uma personalidade própria (realidades estas designadas por «*politeia*». Originariamente «*politeia*» era o estado e a actividade do cidadão como «conceder a *politeia*» significava conceder o direito de cidade ou o tomar parte). Desde o fim do século V a. C. a palavra foi empregada para traduzir, sobretudo, o regime político (monárquico, oligárquico e democrático).

Quanto ao regime democrático atentemos nestas duas passagens de Aristóteles: «Onde as leis não imperam – não comandam – não há «*politeia*» (*Política*, 1292a). «A tirania é o governo de um só em benefício do que governa; a oligarquia é o governo em benefício dos ricos e a democracia é o governo em benefício dos pobres» (3º Livro da *Política*).

É pelo corpo desta cidade universal, perante o qual todos respondem, que os seus protagonistas se definem enquanto tais, no sentido de um país, uma cidade ou o universo deixarem de ser um parque de estacionamento para se-

rem um campo de trabalho: o desenvolvimento é actividade e empenhamento e os aspectos concretos, em que se revela o devotamento dos patriotas, julgam e decidem do patriotismo de cada um; avaliam e medem a justiça e a solidariedade, postos à luz de uma empresa que é de todos.

Política, no sentido global, é o zelo pela cidade, pela entidade geral, pela casa e suas pessoas, pelas instituições e valores, sobremaneira, por todos aquelas realidades que deveriam possuir o brilho da cidade ou a estatura do cidadão, mas que, ao invés, pela casa onde habitam, pela higiene que escasseia, pelo salário que não cresce, pela colaboração não prestada, pela forma como se arruinam os móveis e utensílios da casa de todos nós, são baças e raquíticas.

Como diz Fernando Savater no seu livro magnífico *Política para um Jovem*: não sejas «idiota» (no sentido também da palavra grega «*idiotés*»), não sejas isolado, marginal ou desinteressado das coisas dos outros, da cidade, da política.⁴

Então, a «Igreja é um mundo» ou é o mundo.⁵

A *pólis* é uma comunidade pública, cujo único sentido é garantir a cada um, na sua dimensão de «ser com», o seu ser possível enquanto poder de começar de novo.

Nesta perspectiva genérica, a não partidária, de exercer a arte da política, quem não for capaz de se colocar na situação, tradição e mentalidade dos outros e não puder respeitar os interesses destes, não tem capacidade para governar nem para ensinar. Uma governação espiritual e política é tanto mais necessária quanto o mercado não cria autenticamente justiça social.

Este espírito de cidadania ou este dinamismo de sociedade civil está para além da vida partidária, que não se esgota nos partidos vigentes.⁶

3. A animação comum da cidade motiva que surjam delegados desse povo que, por escolha livre, sejam porta-vozes do bem comum. A delegação do poder, e a vitória de sectores de opinião ou de partidos democráticos, teve o seu berço no diálogo de correntes e grupos, capazes de valores e motivos nobres, bem como de interesses ou de proveitos de clã. A corrente de opiniões é a experiência de um povo falante e convivente. A conflitualidade natural, com os seus cânones e determinações, é veemência da opinião que, convicta de expressar a verdade, e por via disso, o melhor para todos, testa no conflito do diálogo (na oposição do diálogo) as propostas que melhor podem servir o interesse comum. Desta tensão espontânea, disciplinada e a disciplinar, mas tantas vezes

⁴ Lisboa, trad., Presença, 1993, p. 14

⁵ E. POULAT, *L'Église c'est un monde*: *l'ecclésiopriàr*, Paris, Cerf, 1986).

⁶ M. GAUCHET, *La religion dans la démocratie*, Paris, Gallimard, 1998.

sob o figurino da ditadura e da anarquia, nascem a oficialização das suas partes (dos seus partidos), da sua escolha por todos (eleições) e dos seus representantes (governo).

A arte de dirigir e servir a cidade efectiva-se pela partidarização da sua vida. Realmente a vida e o mundo não são abrangidos por uma visão global. É sempre em perspectiva, ou seja, é sempre da minha janela, que é a minha (ou suponho ser minha), que fito o campo a lavrar, que é a nossa missão cívica comum.

Para Max Weber três eram as qualidades exigidas aos políticos – a paixão, a consciência responsável e o sentido das proporções. Para além destas, no entanto, há quem refira a força pessoal do juízo em vez das ideologias, a coragem civil de dizer o que se pensa em vez da cedência a oportunismos e a força de realizar política, social e economicamente o juízo que se formou – tudo dentro da consciência de responsabilidades que leva o político a assumir êxitos e fracassos perante os seus concidadãos.⁷

Por outro lado, a cidadania não é amorfa, não bastando confiar na acção política dos dirigentes. Todos os chamados dirigidos devem conhecer e querer a transformação da realidade social em que vivem, não reivindicando apenas direitos e exigências mas cumprindo deveres perante a sociedade de modo responsável.

Lamentavelmente os campeões da causa neo-liberal perverteram o sentido da globalização ou mundialização, entendidas como união solidária na comunidade dos homens, ao reduzi-las ao campo de acção das finanças e ao transformarem a terra numa coutada de caça, na expressão de R. Passet. Os problemas consequentes aí estão: aumento da pobreza e da exclusão, desigualdades crescentes, desmantelamento das economias locais, precariedade do emprego, homogeneização das culturas, ameaças sobre o meio natural, a saúde, a biodiversidade, o neo-colonialismo das organizações transnacionais, etc., etc..⁸

Do elenco de questões propostos ao homem do século XXI, com base no simpósio internacional organizado pela Fundação Volkswagen, na Expo de Hannover, ressalta que a sobrevivência da humanidade obedece ao imperativo: «Não matarás o outro nem destruirás a natureza nem a vida» e que as visões linguísticas, as concepções da sabedoria e as perspectivas homem do planetário demonstram que as diferenças concorrem para a solidariedade, e, as convicções éticas comuns superam os falsos preconceitos e a força de enfrentarmos os riscos que parecem surgir da presença de estranhos.

⁷ M. BAPTISTA PEREIRA, *Revista Filosófica de Coimbra*, Coimbra, 2003, n.º 23, p. 35.

⁸ *Id.*, *ibid.*, p.36.

As diferenças partidárias ou a veemência das propostas partidárias não são em ordem a que o «meu partido» ganhe... São, em ordem, a que ganhe a verdade através de uma proposta mais verdadeira e útil. A missão de cada um consiste em afirmar a política da verdade a fim de que exista uma verdade da política.

A propósito deste empenhamento partidário, permito-me chamar à atenção para os seguintes critérios genéricos:

a) Os grandes princípios do Evangelho e do magistério social da Igreja são bússola de análise da realidade sócio-política e das soluções e remédios a medicar. Nunca se tratou nem tratará de propor uma economia cristã ou uma política cristã mas de inspirar uma sociedade quando a fé se opõe às injustiças e quer ajudar o ser humano, não só individual mas colectivamente. O problema do cristianismo hoje não é o de sonhar com uma civilização cristã.

b) Nenhum cristão pode fazer do seu ponto de vista, corporizado num partido, uma exclusiva perspectiva cristã da política. Sobretudo os não cristãos nunca poderão pensar nem deverão pensar que o modelo da sociedade, proposta por aquela visão do mundo, é a única visão cristã. O pluralismo sadio, que, por vezes, perturba certas pessoas (dado que surgem cristãos a oferecer, à mesma luz, duas leituras diferentes da mesma realidade) é magnífico porque me permite dizer, em voz alta ou em voz baixa, que, felizmente, na Igreja, há outras pessoas a pensar, para além dos que julgam ter o monopólio do absoluto. Mas, entretanto há limites neste pluralismo. De acordo com as ditames do Evangelho, há critérios éticos indiscutíveis, como por exemplo, o respeito pelos pobres, a defesa dos fracos, a protecção dos estrangeiros, a suspeita das riquezas, a condenação do domínio exercido pelo dinheiro, o exercício da autoridade como serviço, etc., etc..

c) De forma específica, a visão do Evangelho transporta para os combates da política uma proposta infinita, longe dos arrumos da «sensatez» e dos comportamentos moles. Normalmente a arte da política é apelidada da «arte do possível». Na perspectiva inconformista do Evangelho, a política é a arte de tornar possível o que se nos afigura impossível, alongando soluções e propondo aprofundamentos de justiça, de tal modo que os direitos de cada um venham a coexistir com actos da mais profunda solidariedade. «Dar a vida por alguém» é o termo e definitivo capítulo de quem se bate por causas, ao contrário de interesses, testemunhando que as razões de viver são preferíveis à própria vida.

O outro, na indignidade da injustiça e da pobreza, é o próprio Deus, para quem nunca O procurou ou por Ele se interessou. E esta visão de um Deus desfigurado no «sacramento do pobre», como tem funcionado e mobilizado os crentes e a própria Igreja? Vai-se «até ao fim» ou estanca-se, em nosso proveito, o que deveria ser distribuído aos outros?⁹

⁹ K. LEHMANN, *Il est temps de penser à Dieu*, trad., Paris, Cerf, 2002.

4. Por fim, deverei aludir a situações muito concretas, onde, em Portugal, se deveria exercer, a par de muitas outras, a arrumação cristã da política.

a) O sistema democrático exige confiança e consenso. O desinteresse manifesto em votações e decisões eleitorais são índices de uma possível fragilidade desta perspectiva dos direitos humanos. Se não houver confiança no sistema e em pessoas, o campo político democrático fica aberto a todos os fantasmas.

b) É notório o distanciamento no tocante à aceitação de funções, encargos e postos de direcção e responsabilidade.

Repete-se hoje o que já ocorreu noutros sectores geográficos e políticos: as pessoas tomam posições quanto ao que não querem. Quando lhes entregam o poder, não o aceitam, até porque não sabem o que fazer dele.

c) O compromisso cristão afronta e defronta problemas. Confronta-se com a referência. Mas, com o correr do tempo, como o vemos no jogo partidário, a referência esquece-se, para se jogar à interlocução.

d) O problema da morte é notório numa época em que as técnicas de engenharia genética prometem, ameaçando também, construir um imprevisível modelo antropológico. Como ofertar valores no âmbito da morte, cujas perversidades se manifestam no terrorismo, no fenómeno abortivo, no impedimento fronteiriço a fluxos migratórios, na pena de morte, etc., etc.?

Um comum programa de defesa da vida corre o risco de, na prática, englobar escandalosamente, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, a defesa dos inocentes e o morticínio dos culpados. No momento em que, na sociedade portuguesa, se vão repetir radicalismos a propósito do aborto, e em que, mais uma vez, escutaremos a afirmação desculpabilizante «de que ninguém deseja o aborto», por que não encontrar uma solução consensual em que o feto seja respeitado na sua integridade, ao mesmo tempo que a mulher, e seus coadjuvantes, não sejam penalizados por decisão tão triste?

E seria muito mais simples: a lei considerará sempre o abortamento como crime, ao qual corresponderá a adequada pena. Só que a mulher grávida entregará o seu filho vivo a instituições do Estado e da Igreja. Se não se quer a destruição de uma vida, seja-se lógico e coerente perante estas consequências ofertadas.

e) Como conseguir que a «universidade do povo», enquanto central de ideias ou da sua ausência, de acordo com o modelo televisivo, a par de outras expressões da comunicação social, seja apreendida por critérios de escolha activa, de bom gosto, de exigente formação cultural?

Neste âmbito, já houve, do ponto de vista nacional e internacional, experiências do género. Quando surgirão pedagogias desta índole no domínio das Comissões Diocesanas da Comunicação Social?

E, do ponto de vista da filosofia política, teremos, entre nós, cursos, encontros e módulos de aprendizagem em ordem a uma mentalização cívica onde as referências de uma ética global sejam proporcionadas a quem se move unicamente por místicas de sector?

Concretizem, noutros domínios, a aplicação desta aprendizagem e responsabilidade, tais como a «questão migratória», o «desenvolvimento e visão humana da Economia», a sexologia, etc., etc..

Conclusão

Acredito que haverá sempre clientela para esta difícil arte de servir o outro, sem interesses, para além dos da justiça e solidariedade. Serão sempre esses os projectos de novos caminhos.

Ao terminar a corrida, era tão importante que todos levassem consigo, no dizer de Teresa de Calcutá, o olhar daqueles que por eles se empenharam!